



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Reitoria
Av. Professor Mário Werneck, 2590 - Bairro Buritis - CEP 30575-180 - Belo Horizonte - MG
- www.ifmg.edu.br

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6 DE 19 DE MARÇO DE 2025

Estabelece as normas internas para a reposição de aulas nos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

A PRÓ-REITORIA DE ENSINO E ASSUNTOS ESTUDANTIS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, tendo em vista as atribuições previstas no Estatuto e no Regimento Geral do IFMG, estabelece normas internas para a reposição de aulas nos campi do IFMG.

Resolve:

Das Disposições Preliminares

Art. 1º A presente Instrução Normativa visa orientar a reposição das aulas não ministradas em virtude de ausências justificadas sejam elas programadas ou não, dos docentes no expediente de trabalho nos *campi* do IFMG, garantindo o cumprimento da Lei 8.112/90 e das cargas horárias das disciplinas dos Cursos, conforme previsão da Lei 9394/96.

Art. 2º Serão consideradas ausências programadas as eventuais ausências que, em virtude da participação do docente em eventos acadêmicos, consultas médicas e outras que estejam previstas em Lei ou em acordo com a Coordenação de Curso, possibilitem a reorganização das aulas do docente.

Art. 3º Os casos de ausências não programadas compreendem os casos previstos na Lei 8.112/90 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais.

Das Ausências Programadas

Art. 4º As ausências programadas deverão ser comunicadas previamente à Chefia Imediata e às Coordenações dos Cursos para os quais o docente ministraria aulas por *e-mail* institucional ou por meio de formulário próprio disponibilizado pelo *campus*.

Parágrafo Único. A comunicação deverá conter a indicação de permuta das aulas com outros docentes, plano de reposição ou antecipação das aulas.

Das Ausências Não Programadas

Art. 5º As justificativas por atraso, ausências ou saídas antecipadas e não programadas deverão ser entregues

pelos docentes à Chefia Imediata, por *e-mail* institucional ou por meio de formulário próprio disponibilizado pelo *campus*, em até 48 horas após a sua ocorrência.

Das Reposições de Aulas

Art. 6º A reposição de aulas, independentemente de a ausência ter sido programada ou não, deverá respeitar os planos de ensino e carga horária previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Art. 7º As aulas deverão ser repostas conforme plano de reposição para o caso das ausências programadas, conforme artigo 4º.

Parágrafo único. O plano de reposição poderá ser ajustado em comum acordo com as coordenações dos cursos.

Art. 8º No caso de ausências não programadas, conforme artigo 5º, deverá ser construído plano de reposição em comum acordo com as coordenações dos cursos.

§ 1º Para os casos de ausências previstas na Lei 8.112/90, o plano de reposição não poderá, em hipótese alguma, implicar em sobrecarga de trabalho além da jornada semanal do docente conforme seu regime de trabalho.

§ 2º Caberá à chefia imediata, juntamente com o docente, reorganizar o plano de trabalho, dispensando ou adiando outras atividades para garantir que o plano de reposição das aulas seja cumprido, de forma a respeitar os planos de ensino e cargas horárias previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

§ 3º O plano de reposição, de forma a respeitar os planos de ensino e cargas horárias previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, poderá prever a colaboração de outros docentes das áreas das disciplinas com carga horária a ser repostas.

§ 4º Para o cumprimento do plano de reposição deve-se avaliar cada caso específico, de forma a garantir a organização escolar, a gestão dos espaços, a condição de cumprimento das exigências curriculares pelos estudantes, o cumprimento do calendário letivo e dos encargos didático-pedagógicos.

§ 5º Em casos extremos, sobretudo quando houver limitação temporal relacionada ao cumprimento do plano de reposição, deve-se considerar todas as possibilidades de organização, de tratamento e abordagem didático-pedagógica, as possibilidades metodológicas e de interação por meio de tecnologias digitais, envio de exercícios e outros recursos comuns ao ambiente escolar, desde que devidamente justificadas e aprovadas pelas coordenações dos cursos.

Das Disposições Gerais

Art. 9º Os casos omissos a esta instrução normativa deverão ser resolvidos pela Direção de Ensino do *campus*.

Art. 10 Esta Normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Mario Luiz Viana Alvarenga, Pró-Reitor(a) de Ensino e Assuntos Estudantis**, em 19/03/2025, às 09:51, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2235861** e o código CRC **66AB60F6**.

23208.001302/2025-31

2235861v1